



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 54

Sessão Ordinária Fevereiro

2.ª Reunião em 24/02/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Mesa, Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, a Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeira Secretária e a Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Alves dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o Presidente da Mesa António do Pranto Nogueira Leite, e os Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, e Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Manuel Oliveira de Sousa.

Não estiveram presentes os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretário da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Leonor Alves dos Reis, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge

Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Rui Lima Batista e Rita Alexandra Monteiro Baptista.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva Martins, Miguel António Costa da Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Júlio Vasconcelos de Oliveira.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, e João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício deu continuação aos trabalhos para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador;

Ponto 3 – Apreciação e Votação da Afetação ao Domínio Público das parcelas adquiridas/cedidas para integrar a “Rotunda do Botafogo”;

Ponto 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Transportes Públicos, medidas urgentes para reposição de oferta;

Ponto 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Defender o *Serviço Público* de transporte no município.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária, realizada em 25/01/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Apenas dizer que não há nada de novo, já discutimos aqui esta matéria. Houve um município que sai e arranjou-se outro para entrar. Temos que andar para a frente mas a burocracia assim manda e esta alteração obriga a repetir as deliberações. Assim o fizemos na Câmara e assim o fazemos ao trazer aqui à Assembleia Municipal.”

Não havendo inscrições de parte dos Grupos Municipais, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰⁰⁵ o Ponto 2 – Apreciação e Votação da Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador, sendo aprovado por unanimidade, com trinta e um votos a favor (PSD12+CDS5+PS8+BE1+PCP1+IND4), zero abstenções e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Apreciação e Votação da Afetação ao Domínio Público das parcelas adquiridas/cedidas para integrar a “Rotunda do Botafogo”;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária, realizada em 25/01/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰⁰⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

“Trata-se do preceito administrativo de tomarmos as deliberações para integrar no domínio público aquilo que já está a ser usado por todos, já está em termos substantivos no domínio público mas é preciso cumprir o resto das formalidades. A penúltima é a deliberação da Assembleia Municipal para depois fazermos o registo. Portanto, é apenas darmos conformidade administrativa e formal àquilo que, em termos de obra, está concretizado no terreno.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Uma pergunta que o Bloco de Esquerda quer fazer é se na planta disponibilizada estão registados todos os terrenos adquiridos ou cedidos para esta construção?

Isto porque se verifica uma diferença de 100 metros quadrados entre o que está representado na planta e o que consta da documentação como área a total a integrar. E em relação a essa mesma planta a que é que correspondem as parcelas 3, 6 e 7. Passeios ou alargamento de vias?

Se não estão representados todos os terrenos porque é que não e a que se deve a compra desses outros terrenos?

Outra questão que queremos levantar prende-se com a zona onde é construída a rotunda Botafogo. Isto é uma zona limítrofe do concelho entre Aveiro e Ílhavo e há de facto uma preocupação de parte do Senhor Presidente em resolver os problemas de tráfego. Mas fica-se por aí! Porque não há uma via pedonal para as pessoas circularem entre concelhos.

Uma via pedonal para as pessoas que caminham, para as pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas, para pessoas que transportam carrinhos de bebé. E portanto a pergunta fica é para quando a prioridade que será dada às pessoas num trajeto muito próximo do que foi esta tão badalada construção da rotunda do Botafogo. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁰

Vogal Silvestre Silva (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

“Com a votação desta Assembleia pela afetação ao domínio público destas parcelas, concluiu-se um processo com décadas de atraso que a conclusão da rotunda do Botafogo, que alguns prometeram, outros tentaram, mas uma tristeza, nem os terrenos tinham comprado dos projetos que nos apresentaram.

Foi este executivo que teve que lutar para que essas obras não fossem embargadas por estarem a serem construídas em terrenos de terceiros sem a devida autorização.

A obra está concluída. A melhoria da mobilidade é total. Os diversos tipos de ganhos com esse benefício são grandes e do agrado dos residentes e dos utilizadores.

A Junta de Freguesia de Aradas e a sua população não poderá estar mais satisfeita com esta obra. Embora (desculpe Senhor Presidente da Câmara) algumas novidades possam em breve aparecer melhorando ainda mais o trânsito, bem como outras obras já em concurso público, noutros pontos da freguesia.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹²

“A bancada do PSD subscreve a intervenção do Senhor Presidente de Junta de Aradas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

“Em primeiro lugar peço desculpa à Rita Batista porque estamos aqui com um problema informático para acedermos ao documento e podermos fazer uma análise objetiva ao que disse. Peço desculpa por isso, espero recuperar para poder confirmar. Para já tomei boa nota para verificarmos se há alguma desconformidade para podermos corrigir porque, obviamente, as coisas têm que bater uma com a outra. O que está aqui são todas as áreas de terreno que eram privadas e que passaram a públicas, sejam aquelas que nós comprámos e que já estavam acordadas pelo Presidente Élio Maia e que agora formalizámos as escrituras e pagámos tudo direitinho. E também aquelas parcelas que foram necessárias para a intervenção mas para as quais assinámos acordos de cedência, não houve pagamento. Portanto, estão aqui todas aquelas que, no fundo, passaram de privadas a públicas no âmbito da obra e como consequência da obra.

Em relação à questão da pedonalidade explicar-vos o seguinte. O que está definido, estamos a fazer os actos preparatórios para desenvolver a obra, em relação àquilo que é a ligação pedonal, embora sempre mista pedonal e ciclável, entre a cidade de Aveiro e a cidade de Ílhavo pega, basicamente, em duas operações principais. A primeira é a Rua da Pêga. O Eixo pedonal e ciclável principal é aquele que já temos na Rua da Pêga e que depois se vai inserir o mais possível, no eixo de ligação do Campus da Universidade ao Parque da Ciência e Inovação, quando entramos já no Município de Ílhavo e passamos o esteiro que faz a delimitação dos dois municípios, que além do mais tem, neste momento uma obra em pleno desenvolvimento que faz a ligação do interior de Verdemilho ao interior da Coutada, mas não é por aí que vai a ciclovia. Ela vai mais por poente desse canal. Aliás podem visitar porque a obra está parcialmente feita, a ponte já está construída, faltam os chamados encontros da ponte que vão fazer o encontro da cota dos dois topos da ponte à cota do terreno e que depois, já em pleno Município de Ílhavo, no Parque da Ciência e Inovação, vão sempre pelo limite do terreno do Parque da Ciência e Inovação e vão integrar-se na ciclovia/via pedonal e que já está construída na chamada via de acesso ao PCI ou “Via do Conhecimento”. Depois, já está a operação construída,

todas as ciclovias e vias pedonais que já estão construídas em todas as vias de cintura da cidade de Ílhavo até à Vista Alegre e que depois, um dia, engatarão na ciclovia que vai ligar à Gafanha da Boavista, a Vagos e depois a Mira, no âmbito das obras definidas no Polis da Ria de Aveiro. Algumas ainda se farão, outras não se farão nesta assentada. Este é o circuito da ligação da cidade de Ílhavo à cidade de Aveiro para uso pedonal e ciclável, bem fora do eixo EN 109 que, obviamente, não tem qualquer condição de ter este tipo de fruição. Este é o desenho, é a aposta, lembro que a Rua da Pêga está dentro do PEDUCA, está, neste momento, na fase de concurso para a escolha de projetista e o Parque da Ciência e Inovação está em plena fase de execução. Portanto, estamos a desenvolver obras e projetos para que este eixo ciclável e pedonal esteja disponível o quanto antes. É plausível que em termos de execução do PCI e a execução da qualificação da Rua da Pêga, para o final deste ano e o primeiro trimestre do próximo ano de dois mil e dezoito, essas obras estejam executadas. O Parque de Ciência e Inovação seguramente, a nossa Rua da Pêga ainda têm por onde andar. Primeiro projeto, depois concurso público de uma obra que seguramente vai a Visto de Tribunal de Contas porque terá um custo superior aos trezentos e cinquenta mil euros e depois é preciso entregá-la a um empreiteiro para ela se executar. Mas é por aqui que nós temos essa solução.

O Dr. Jorge Nascimento pegou um bocado nesta matéria embora mais naquilo que respeita à própria EN 109 e às deslocações pedonais que quem lá vive quer fazer e precisa de fazer e gostará de fazer num nível de relação bem mais cómodo do que aquele que hoje é possível fazer. A lógica é exatamente a lógica que já está construída na Rotunda do Botafogo. Usando todas as intervenções urbanas públicas como esta ou privadas, aquelas que vierem a acontecer, criarem-se as condições de corredor próprio de circulação pedonal. É aquilo que está feito na obra, já estamos a trabalhar, nomeadamente com a Junta de Freguesia de Aradas, para fazermos as ligações quer no eixo EN109 até ao Lidl, passámos a ter um passeio em toda a frente do Botafogo e será estendido até ao Lidl porque há muita gente que faz esse circuito a pé. Estamos a tratar de conversar com os proprietários para aqueles acertos normais de cedência de parcela e edificação de vedações novas. O que significa conseguirmos chegar ao limite do nosso Município na sua ligação com Ílhavo. Para o outro lado, para o lado norte a conversa é mais difícil porque estamos numa zona mais urbana. Já temos algumas coisas feitas, as edificações novas, sejam de prédios, sejam a última que lá se construiu que é uma clínica médica, essa capacidade já está construída, mas como sabemos tem vários pontos de descontinuidade quando aparecem construções mais antigas, construídas à moda antiga, com a fachada à face da estrada ou da vala e aí, obviamente, o corredor pedonal é a própria faixa rodoviária com todos os problemas. A garantia que podemos dar é que aproveitaremos todas as dinâmicas urbanas públicas e as privadas porque também são necessárias para que essa operação esteja completa para podermos ir estendendo, ir construindo, esse específico corredor pedonal e podermos garantir, no breve espaço de tempo que as dinâmicas permitam, termos um ou dois corredores pedonais para garantir essa ligação do centro de Verdemilho até à entrada da Cidade, na zona do Eucalipto.

Para terminar, a mesma lógica para a ligação ao Campus da Universidade. Nós desistimos daquela mega avenida com quatro faixas, separador central e não sei o quê, a marginar o Campus da Universidade na zona do Crasto. Não faz sentido objetivo e, portanto, acordámos entre a Câmara e a Universidade fazer uma alteração do perfil desse arruamento. Há algumas perdas que é passar de quatro para duas faixas de rodagem, mas ali não faz sentido, não são precisas, quatro faixas de rodagem. Mas ganhámos espaço para uma via mista pedonal e ciclável para fazer o contorno de todo o Campus porque, como hoje bem sabemos, a renovada Rua do Crasto é muito agradável

para os automóveis mas não é exatamente agradável para os peões. Nessa condição, seja do lado urbano, que à medida que tenhamos investimento privado continuaremos a implementar o passeio que já vai aparecendo à medida que se vão construindo moradias, mas do lado do Campus da Universidade, e aí só tem a ver com trabalho entre a Câmara e a Universidade, teremos um corredor franco, largo, pedonal e ciclável para fazer essa servidão. E trazermos essa ligação até à rotunda do Botafogo passando pela casa do avô do Eça de Queirós. É por aqui que também queremos garantir a tal cintura ao Campus. Isto acaba por responder também à Rita Batista porque este troço vem ligar por dentro até à Rotunda do Botafogo e vai cruzar com aquele ponto que atualmente é a entrada e a saída da zona do Crasto, junto ao edifício da Escola de Saúde e a sede da Associação Académica, no arruamento que vai exatamente nesse enfiamento mas para o lado sul, é por aí que vai a ligação do Campus da Universidade para o PCI, não rodoviário porque não tem mas no modo pedonal e ciclável que é o único modo que por esta zona interior se faz a ligação do Campus da Universidade ao Parque da Ciência e Inovação. Esta é a lógica que temos neste tipo de processo. Portanto foi uma obra importante, boa, positiva. Estamos a ultimar o licenciamento duma unidade que tem posto de combustíveis, loja de conveniência e restaurante, mais ou menos em metade do terreno do avô do Eça de Queirós que atualmente é de um senhor chamado Vítor Oliveira. Já emitimos a aprovação do projeto e estão todas as condições criadas para que a empresa vá pagar a taxa, que é uma taxa simpática, e levantar o alvará de construção para poder construir. Da parte da Câmara estão todas as condições criadas. É à custa dessa construção que se fará mais uma área de passeio nas duas zonas em que este terreno confine com os arruamentos que estive a descrever, a EN 109 e o arruamento que vai até à casa do avô do Eça de Queirós, e depois a operação, que qualquer dia falaremos sobre ela, de aproveitamento do que resta da casa do avô do Eça de Queirós para memorial e da colocação do monumento ao Eça de Queirós em plena Rotunda do Botafogo. Portanto, essas são as operações que estão em desenvolvimento e que as veremos no terreno nos próximos meses.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Senhor Presidente, só para finalizar dizer exatamente isto. Não pode haver uma primazia para as vias rodoviárias e depois ficar à espera que privados cedam terreno para vias pedonais porque as pessoas também têm direito a se deslocar sem terem de fazer distâncias muito maiores, ou haver muitas mais alternativas para quem conduz um automóvel do que para quem se desloca a pé, com carrinho de bebe ou numa cadeira de rodas.

É necessário pensar que uma política de mobilidade tem de ter em mente a visão geral e quando se faz uma obra como a que é a rotunda do Botafogo deveria incluir todos os modos de deslocação que não só o automóvel porque também pertencem à comunidade e também têm o mesmo a se deslocar no concelho.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Senhor Presidente, eu lamento mas de facto a explicação que o Senhor Presidente deu não satisfaz. Não me satisfaz a mim, mas seguramente não satisfaz o Senhor Presidente da freguesia de Aradas e não satisfaz os moradores da N109 designadamente aqueles que precisam de se deslocar de Verdemilho para Aveiro. Não têm passeios e não tem alternativa de ir pelo Crasto, pela Avenida da Universidade, isso é absolutamente

inoperante. E eu acho que se nos debruçarmos um pouco sobre a configuração da estrada tal como existe e no contexto em que existe e a velocidade que ali é permitida, eu penso que é perfeitamente exequível naquele sitio de Verdemilho para o Eucalipto criar um passeio seja do lado sul seja do lado norte, só um passeio, não precisa dos dois lados, porque há espaços ali libertos com largura suficiente para ter passeios e é possível tirar algum espaço à estrada. É perfeitamente exequível naquele sitio. Porque se formos medir a própria rotunda tem uma dimensão menor e, portanto, é possível fazer essa obra sem grande dispêndio e segurança para as pessoas. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Dizer o seguinte com clareza. Não foi a nossa obra da Rotunda do Botafogo que criou os problemas de acessibilidade pedonal na EN 109. Parece que há aqui um equívoco. Até parece que por termos feito a obra da Rotunda do Botafogo arranjàmos problemas novos. Não. Nós por termos feito a obra da Rotunda do Botafogo começámos fisicamente a resolver um velho problema. Dizem vocês porque é que o nosso vizinho Município de Ílhavo resolveu esse problema há doze anos, tem passeios em toda a EN 109 de uma lado e do outro, tem ciclovias em três quartos de extensão da EN 109? Porque é que aquela malta de Ílhavo fez aquilo e nós não fizemos? Eu compreendo a vossa estupefação e mais do que compreender subscrevo-a. Mas olhai... isto vai bem, já fizemos a Rotunda do Botafogo, fizemos extensão de passeios muito superiores às que existiam e vamos continuar neste eixo para resolver este problema. Mas não é possível, de repente, estalar o dedo.

Dr. Jorge Nascimento, nós temos o levantamento ao pormenor, ao metro linear, para fazermos o que disse e que nós queremos fazer. Só que temos, não posso precisar o número mas penso que são cerca de sete ou oito casos, construções. Não estamos a falar de terrenos porque se fossem terrenos não vou dizer que já estava resolvido mas teria um grau de dificuldade muito mais baixo. Mas são construções onde vivem pessoas, onde há negócios, onde há atividade comercial. Não é fácil, é possível mas não é fácil, nem prioritário, resolvermos isto. Agora, queria só deixar claro que enquanto outros nossos vizinhos resolveram bem, ou melhor, muito bem, o problema, com grandes investimentos mas que os fizeram, nós não fizemos. E não vou tecer mais considerações porque não vale a pena. Para resolvermos estes problemas que o Dr. Jorge nascimento e a Rita Batista falaram já temos obra feita neste mandato. Somos a primeira câmara em não sei quantas que já não vai deixar para a próxima o sonho ou o objetivo do Botafogo ter uma rotunda. Acabou, já lá está feita e a funcionar bem porque ainda havia aí uns ‘velhos do Restelo’ cheios de avisos de que aquilo iria funcionar mal porque era pequena, era grande, era isto ou era aquilo. Está provado que ela funciona bem, bem mesmo. Portanto, demos um bom passo. Eu só dou uma garantia absoluta. Vamos continuar a dar bons passos neste caminho.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação⁰¹⁷ o Ponto 3 – Apreciação e Votação da Afetação ao Domínio Público das parcelas adquiridas/cedidas para integrar a “Rotunda do Botafogo”, sendo aprovado por unanimidade, com trinta e um votos a favor (PSD12+CDS5+PS8+BE1+PCP1+IND4), zero abstenções e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Transportes Públicos, medidas urgentes para reposição de oferta.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente⁰¹⁸ da Proposta de Recomendação (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Rita Baptista (BE):⁰¹⁹

“Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda desde sempre que defende uma proposta de qualidade para os transportes onde sejam respeitados os direitos dos trabalhadores, transportes públicos de qualidade, inclusivos e que sirvam a população do concelho de Aveiro independentemente se vivem no Carregal ou Bairro do Liceu.

Mas o que estamos aqui a abordar hoje são medidas de urgência. E as vidas das pessoas não podem ficar em suspenso. Ribau Esteves garantiu que não haveria menos autocarros, depois mais tarde afirmou a um jornal que na MoveAveiro havia carreiras clandestinas! E das duas uma: ou mentiu ou a ser verdade, como presidente do conselho de administração da MoveAveiro errou e demonstrou não estar por dentro dos assuntos da sua competência.

A verdade é esta — a concessão piorou o serviço desde o dia um de janeiro. São necessárias medidas de urgência, e achamos que é preciso muito mais do que existe neste momento pelo menos como medidas de urgência do que havia antes do dia um de janeiro. O Presidente da Câmara afirmou nesta Assembleia que a concessão era um bom modelo porque lhe permitiria continuar a gerir as questões de fundo e não se limitava apenas às questões do tarifário. Mas neste momento até a Câmara reconhece que a concessão foi um falhanço. As vidas das pessoas não podem ficar em suspenso à espera de reavaliações previstas para os próximos meses, à espera que os seus erros senhor presidente sejam corrigidos.

O Bloco de Esquerda contactou com a população, percorreu todos os trajetos da recente AveiroBus e até continuamos a ouvir as pessoas todos os dias. E não faltam denúncias ao que tem sido este serviço ou este péssimo serviço prestado às pessoas. Fala-se de alteração de horários sem informação dada aos utentes, a menos que se tenha computador e achar que grande parte das pessoas que utilizam os autocarros são maiores de cinquenta e cinco anos e vivem em freguesias rurais, então podemos concluir que a alteração de horários previstos apenas na internet deixe muita gente de fora. Há pessoas que tem de largar trabalhos por incompatibilidade de ligações entre linhas. Há pessoas que abdicam da hora de almoço porque chegam tarde na hora da manhã e portanto tem de compensar com a sua hora de almoço. Pessoas que abandonam tratamentos de fisioterapia, pessoas mais idosas que deixam de vir para o centro de Aveiro devido às alterações de horários e ficam assim votadas ainda mais ao isolamento. Alunos que se tem de levantar mais cedo e correr no fim das aulas para garantir que não ficam uma hora à espera de autocarro. Paragens totalmente desacuadas pondo em risco a segurança dos utilizadores. Autocarros constantemente atrasados condicionando a vida de muitas pessoas e atividades. Horários de fim-de-semana desacuados a quem vive na periferia e quer usufruir do centro da cidade. O aumento brutal dos passes na linha um de Cacia, com menos carreiras, menos horários, e supressão de trajetos. Pessoas que deixam de poder almoçar a casa e por isso além de pagarem mais por um passe têm um encargo extra que é o de comer fora todos os dias. Pessoas que agora caminham mais de um quilómetro e meio a pé para chegar ao trabalho, em trajetos com levado tráfego e poucas ou nenhuma estruturas pedonais. Paragens em pleno cruzamento para a via de rodagem sem qualquer segurança para os utentes e para o próprio autocarro que mal consegue fazer a curva.

As paragens de autocarro no concelho não estavam identificadas. A sete de fevereiro o Bloco entregou na Assembleia Municipal esta proposta para entre outras medidas proceder à identificação das paragens. Desde então e ainda antes da discussão e da proposta as paragens têm vindo a ser identificadas e o Bloco saúda que a sua medida por si proposta esteja já a caminho.

No entanto a identificação das paragens colocou em evidência mais um caso de abuso por parte da empresa. Há utentes que estão a pagar um passe de zona dois, por trinta e oito euros, quando deviam estar a pagar zona um, vinte e seis euros e setenta.

O Bloco exige que esta situação seja corrigida e seja devolvido o valor cobrado em excesso a estes utentes desde o dia um de janeiro e que seja feita uma auditoria ao sistema de zonagem para verificar se há mais casos de cobrança abusiva e que seja concluído o processo de identificação das paragens.

Isto demonstra que há um descontentamento enorme. Esta concessão falhou em toda a linha. O que estamos aqui a propor é aquilo que vocês garantiram. Nada mais, nada menos. Porque garante percursos e garante tarifários — nada disso aconteceu.

Por isso queremos que sejam repostas todas as carreiras, linhas, horários e paragens, existentes antes do dia um de janeiro. Anular o aumento de preços nos bilhetes e passes antes do dia um de janeiro. E colocar em todas as paragens os horários atualizados procedendo à devida identificação de todas as paragens no município.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros).

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados e à Senhora deputada do Bloco de Esquerda que apresentou.

Eu muito sumariamente apenas gostaria de acrescentar que o PCP naturalmente se associa a esta Moção e que votaremos favoravelmente. Apenas acrescentaríamos a nota de que os horários e os percursos e os trajetos já exercidos anteriormente pela MoveAveiro e até pelos serviços anteriormente pela Transdev antes da concessão que entrou em vigor em Janeiro, já esses padeciam de diversos problemas. Deixando esta nota, fica dito.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²¹

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

“Eu depois de ter ouvido a apresentação da proposta do Bloco de Esquerda eu agora percebo porque é que os Hospitais nos dias a seguir têm as urgências sempre cheias. É que o cenário que a senhora deputada fez dos transportes da Movebus, é um cenário tão horrível, tão horrível, que eu não percebo como é que há pessoas que continuam a andar de autocarro.

Eu não consigo perceber como é que não se encontrou com o nosso enfermeiro Prior nas urgências do Hospital! Não consigo perceber.

E também não consigo perceber como é que de um momento para o outro lhes deu tanta vontade de percorrer todas as carreiras da Movebus, eu pergunto quando foi a última vez que andaram nas carreiras da MoveAveiro? E se andaram nas carreiras da MoveAveiro quando existia quais foram os problemas que os senhores não encontraram. Porque se não encontraram estavam a dormir e não se aperceberam dos problemas que são de todos sobejamente conhecidos de toda a população aveirense. Falou de que

Aveiro precisa de qualidade de transportes. De que a população precisa de transportes inclusivos. De que precisa de melhores horários. Precisa de melhores carreiras e mais variadas. Olhe Senhora deputada, mas é para isso mesmo que foi criada a Movebus. Tudo isso nós não tínhamos. Porque se não, não estaríamos a falar nesta matéria. Acho estranho sabe, é que aceito que alguns problemas tenham acontecido e aconteceram porque naturalmente tinham que acontecer, nunca nada nasce perfeito e tudo é necessário para que hajam as devidas adaptações para que hoje as pessoas que se sentem menos satisfeitas passem a ter os seus problemas resolvidos, mas uma coisa é certa o que estava não resolvia o problema do Centro Coordenador de Transportes, o que estava não ajudava a resolver em nada a encontrar uma solução para aquela zona, que em termos de planeamento está-se a ver o que está a acontecer. Há mais investimento, há mais apetência pelo local. E também interessa dizer que se de facto havia pessoas e há, descontentes, é verdade que esse número de pessoas tem diminuído e não as vejo nas paragens dos autocarros a fazerem manifestações. E não as vejo publicamente com sindicatos a virem para a rua a reclamarem por tudo e por nada e a dizerem mal de tudo e nada — que é aquilo que o Bloco de Esquerda tem feito ultimamente. Aliás, não sabe fazer mais nada a não ser dizer mal. Mas quando se pedia que apresentassem soluções para o problema da MoveAveiro isso nunca aconteceu. E portanto, agora que há uma solução, que pode não ser perfeita, o que é certo é que é uma solução muito melhor com melhor resolução de problemas ao nível de transportes públicos para Aveiro e para o futuro.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²³

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰²⁴

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Nesta proposta que traz o Bloco de Esquerda apraz-nos dizer que é uma proposta que está ultrapassada no tempo e na realidade. E mesmo podemos dizer que a presidente do partido proponente da proposta visitou Aveiro e os seus transportes e quero crer que à data já não subscreveria ela própria esta proposta. À data já nada era assim. À data a realidade já era outra. E o filme criado e aqui descrito à data já era um “erro de percepção” que hoje está ultrapassado. Por isso esta proposta não pode ter o voto favorável.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

“Com todo o respeito pelo Francisco Picado não vou entrar no debate, não vou andar a repetir debates já feitos; há o mínimo. Foi o nosso ponto mais discutido há oito dias e, portanto, há o mínimo. Tenho respeito por quem falta, mas também respeito quem esteve e está como é evidente.

Mas eu queria dizer o seguinte, com clareza. Todas as respostas ao Bloco de Esquerda, todas as justificações, estão já dadas. E ao PCP também. Peço só à Rita Batista e ao Filipe Guerra para que não considerem que eu estou a desprezar as vossas propostas e o debate, de maneira nenhuma. Apenas que já está tudo dito, falámos imenso sobre isto, não há mais nada a dizer. Não é desconsideração e peço só que aceitem esta nota porque, de facto, já tratámos disto nesta Assembleia, não foi na de há dois meses, foi nesta, exatamente há oito dias atrás.

A pretexto de termos a matéria na ordem do dia eu só queria informar-vos o seguinte. A concessão está a correr bem, o que está a acontecer neste final do segundo mês da

operação tem uma nota positiva no que respeita ao funcionamento regular; ao cumprimento de horários; à qualidade no cumprimento das rotas; ao cumprimento dos desdobramentos nas quatro linhas onde há uma procura, nomeadamente de manhã, superior à capacidade de carga de um autocarro; o sistema de bilhética já tem muito poucas falhas, são muito pontuais e está a funcionar bem. Os ajustamentos que foram possíveis fazer, nomeadamente para acertar chegadas às escolas, foram implementados, todas as questões com as escolas estão implementadas. Estamos, ao final do segundo mês, num patamar bom. Esta é a nossa verdade, assim como são verdade algumas questões que estão escritas no texto do Bloco de Esquerda e no texto do PCP. Aliás, que foram verdade e que eu aqui disse com meridiana clareza no que respeitou muito especialmente às duas primeiras semanas da operação. Hoje mesmo fechámos o acordo com a empresa no que respeita aos novos ajustamentos que derivam de toda a análise, de toda a discussão e de toda a gestão das reclamações e das propostas que nos chegaram. Apenas comunicar-vos que vai haver um ajustamento no dia que tínhamos assumido como o dia da implementação que era para o dia um de Março, mas entendemos, hoje mesmo, é uma decisão de hoje, que era desadequado iniciarmos no dia um de Março por ser uma quarta-feira e que ainda corresponde à paragem lectiva e por precisarmos de mais tempo para acertarmos nas escolas os ajustamentos e os novos horários e carreiras que vamos ter. Portanto, o dia da entrada em vigor desses novos ajustamentos é o dia seis de Março, a segunda-feira seguinte precisamente para ajustarmos à semana e termos ainda dois dias de intensa comunicação, especialmente cuidando dos nossos alunos e da comunidade educativa que regressa ao trabalho na quinta-feira, além de uma grande operação de comunicação pública que começará entre segunda e terça-feira da próxima semana. Estes ajustamentos não são nenhuma reforma profunda, são ajustamentos que derivaram das leituras que aprendemos e daquelas que são possíveis fazer nesta fase. Temos a certeza que esta operação de março vai melhorar ainda mais em relação ao bom patamar e que já atingimos nesta fase final do mês de Fevereiro. Apenas deixar esta explicação objetiva. Não é o dia um que tínhamos assumido e anunciado, por estes motivos que acabei de referenciar, é dia seis de Março, segunda-feira, para gerirmos à semana completa e para aumentarmos ao máximo possível a garantia da chegada de informação a cada um dos nossos alunos. Um dos problemas que aprendemos foram algumas alterações que fizemos, nomeadamente na transição de Janeiro para Fevereiro, muitas pessoas não souberam delas e quando chegaram à paragem não sabiam que tinha havido alterações. É esta a justificação para que as mudanças, os novos horários, vai haver produção de informação nova, não seja ao dia um de Março mas sim ao dia seis de Março.

Há um conjunto de outras operações, o Francisco Picado falou numa, que são os mecanismos de informação eletrónica online que vão estar nas vinte principais, em termos de utente, paragens e que estão no caderno de encargos. A empresa tem um ano para as implementar. Portanto, há várias operações que não são de início.

Ontem mesmo aprovámos o projeto do Centro Coordenador de Transportes. É outra notícia que também vos quero dar. Está aprovado, está fechado, o projeto do Centro Coordenador de Transportes por adaptação do edifício que era para ser e que nunca o foi. Portanto, fechámos ontem mesmo os pequenos pormenores que ainda estavam em aberto entre a Câmara e a AveiroBus e estamos agora a ultimar o parecer formal e a aprovação formal que o Executivo Municipal vai ter que fazer numa reunião. Em princípio, espero que não haja obstáculos, a aprovação formal do projeto e a autorização formal que temos que dar ao concessionário para lançar o concurso público, que é obrigatório, deverá acontecer na próxima reunião. Este último passo que também tem prazo, um ano e meio para entrar em funcionamento após um de Janeiro de dois mil

e dezassete. Portanto, ontem deu-se um passo importante de vários outros que estão para dar. É uma operação em curso, a correr bem. Também dar nota que fechámos o acordo com todos os catorze funcionários do despedimento colectivo, acordo assinado com todos e indemnização paga a todos, não houve problema com ninguém, tudo correu impecavelmente. Toda esta operação foi terminada nesta semana na mais absoluta paz, cumprindo todas as nossas obrigações perante os nossos ex-colaboradores, já são ex-colaboradores dado que essa desvinculação da MoveAveiro, no caso, está absolutamente cumprida.

Prossegue aquele infeliz processo disciplinar, não temos nota ainda do Ministério Público. Prossegue ainda o processo, temos muita pena. O funcionário em causa continua doente, está doente desde o início de Março quando o problema foi detectado. Dar-vos nota que esta questão continua o procedimento formal em curso.

É este o estado da operação com a certeza absoluta que dedicamos toda a intensidade para que o tal alto patamar de qualidade seja atingido o mais rapidamente possível, numa lógica tecnicamente sustentável, financeiramente sustentável, e, obviamente, também no estrito cumprimento da lei. É por aqui que vamos continuar a conduzir este autocarro e a nossa lancha e o nosso ferry. A este nível dizer-vos que houve um erro em dois meses de desfasamento entre o autocarro o ferry, por uma falha de comunicação o ferry não esperou pelo atraso do autocarro. De resto tem corrido de forma absolutamente impecável no que respeita a essa operação que também pertence à concessão e que é a operação da ligação do forte da Barra a S. Jacinto pelo nosso ferry e pela nossa lancha.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Bem, vir aqui dizer que este processo tinha como objetivo poupar dinheiro, onde é que está a poupança de dinheiro? O serviço está mais caro por menos serviços. E nós discordamos dessa linha política. Mas na vossa óptica quando era um serviço público nunca houve redução da oferta e agora reduzem para dar lucro ao privado. O bolo é para o privado. Quando era público tinha de haver carreiras deficitárias quando é privado só vale o lucro, as pessoas pelas palavras do deputado Paulo Marques as pessoas que deixem de andar de autocarro. Eu pergunto-lhe que insensibilidade social é essa quando há pessoas que não têm alternativa aos autocarros. Ou andam de autocarro para chegar ao trabalho ou não trabalham. E é esta a postura da direita aqui.

Dizer ainda que dos comentários que o Bloco de Esquerda mais recolheu das pessoas que usam os autocarros foi o pedido para que voltasse à situação anterior a um de janeiro. E por isso nós vimos aqui como medida de urgência. Como medida para responder aos anseios das pessoas que querem a situação tal qual estava no dia um de janeiro.

A proposta do Bloco de Esquerda obviamente vai muito além disso e ao longo dos anos temos trazido a esta Assembleia a nossa proposta política para os transportes. Também dizer que os trabalhadores não lutaram pelo serviço público ao longo dos anos foram os trabalhadores da MoveAveiro que se levantaram pelo serviço público, quando foi a direita PSD e CDS que propositadamente degradou o serviço para chegar a esta situação. Jorge Greno até numa outra Assembleia veio afirmar que “o privado é que gere bem”. Deem ao privado a gestão dos transportes. Está à vista não só como o privado não gere bem, como garante que o lucro está assegurado nesta concessão.

Esta é uma medida de urgência, como disse. Não há um estudo. E é preciso perceber que os transportes têm de dar resposta às pessoas do concelho, que se querem movimentar no

concelho. E o estudo que esta Câmara devia fazer é dentro do que já existe haver uma melhoria de oferta, para tirar os carros da cidade, promover o uso dos transportes colectivos, e não será com certeza a cortar carreiras, a cortar percursos e a cortar horários e a pedir às pessoas que paguem mais, que seja essa a melhor solução.

Nós temos uma proposta para os transportes mais abrangente. Queremos um serviço público inclusivo. Queremos um serviço que faça do transporte público uma verdadeira alternativa ao transporte individual. Mas acima de tudo que diga às pessoas que são da periferia, que vivem na periferia do concelho, que não são menos cidadãos ou menos cidadãs do que quem vive no centro da cidade. Dizer a essas pessoas que têm tanto direito a usufruir de serviços de laser, de chegar ao trabalho ou à escola com o mesmo direito que qualquer pessoa que vive no centro da cidade.

Esta concessão deu e serviu um propósito. Dar lucro ao privado. E essa é a diferença quando se mantém um serviço público na esfera pública e um serviço “dado” a um operador privado. É que quando está um serviço público na esfera pública (e convinha que ouvisse senhor presidente porque isto vai muito além das suas funções como gestor e do que deve ser a política pública para a mobilidade) estamos a dar resposta às necessidades e às vontades das pessoas. Quando optamos por um operador privado estamos a dizer que o que importa é o lucro e depois lá bem para o fim estão os objetivos de dar resposta na vida das pessoas.

Vai continuar a dizer que vai haver reavaliações em março sem uma data prevista! Ou seja, as pessoas que mantenham a sua vida em suspenso e que continuem a não ter uma resposta por parte da Câmara nas suas necessidades de deslocação porque o que importa é que a Aveirobus tenha um lucro garantido por vinte anos e as pessoas que continuem a deslocar-se a pé as que não tem automóvel como disse Paulo Marques.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício colocou à votação⁰²⁹ o Ponto 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Transportes Públicos, medidas urgentes para reposição de oferta, sendo a mesma rejeitada, com dezoito votos contra (PSD12+CDS6) doze abstenções (PS8+IND4) e dois votos a favor (BE1+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Defender o Serviço Público de transporte no município.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente⁰³⁰ da Proposta de Recomendação (Partido Comunista Português) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰³¹

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados. Como já aqui foi referido, efetivamente já na última reunião desta mesma sessão este assunto foi trazido à coação por diversos grupos parlamentares. Já nessa reunião que faz hoje precisamente oito dias diversas forças políticas e o próprio Presidente da Câmara Municipal de Aveiro fizeram menção de diversas deficiências e no caso do Senhor Presidente de Câmara, até uma situação de contrição em relação a diversas deficiências e erros que se teve conhecimento mal iniciou a ação a concessão realizada.

Nós da parte do PCP na altura fizemos três críticas essenciais. Primeira em relação ao material circulante (os autocarros) que era antigo e insuficiente na sua dimensão física para o número de passageiros a transportar em alguns períodos e fizemos uma segunda consideração em relação às rotas. Consideramos (é uma constatação) que existem rotas desacuadas no enquadramento de horários e zonas do município que visavam servir. Havia rotas importantes que tinham desaparecido ficando várias populações abandonadas à sua sorte como por exemplo na zona de Vilar. Fizemos menção a zonas importantes que não tem serviço a partir de horas consideradas ainda importantes como por exemplo a zona do Hospital de Aveiro/Universidade. Fizemos referência a várias carreiras e cortes em que como em Mamoadeiro passou de 18 serviços diários para 6. A zona de Eixo Carregal também perdeu rotas. Fizemos referência a São Bernardo em que tem muita hora morta ou seja, o período compreendido entre um autocarro e o seguinte com tempo muito longo.

Por último tivemos terceira preocupação que tinha a ver com as questões da bilhética. Efetivamente uma análise permite concluir que a bilhética é mais cara dentro dos autocarros passou de 1.35 para 2 euros. É mais difícil porque pressupõe a compra de 10 bilhetes em simultâneo por 8.30 euros. Apareceu a tarifa zonal que antigamente não existia. Os passes ficaram mais caros para as populações da zona de Cacia e São Jacinto. E mesmo o acesso à compra do bilhete a compra é dificultada na medida em que apenas há dois espaços em Aveiro onde se podem comprar e depois apenas um em cada freguesia — o que convenhamos é manifestamente pouco e que depois obriga a compra do bilhete dentro do autocarro que é mais caro.

Naturalmente que consideramos que esta situação não é aceitável na medida em que há uma diferença entre aquilo que é esta realidade factual, indesmentível, indisfarçável, e aquilo que foram as promessas feitas nesta Assembleia Municipal. Por exemplo até no Boletim Municipal publicado e divulgado e que está acessível a todos.

Consideramos também que não é curialmente aceitável que este município pague mais de 1 milhão de euros anual à empresa para que haja um serviço público de transporte minimamente digno e depois na prática como vimos e aqui expusemos esse serviço não é prestado. Portanto há uma necessidade de rever esta situação.

No PCP, considerando que é tarefa fiscalizadora dos deputados municipais estarem cientes desta situação e agirem portanto dentro deste quadro de fiscalização. Assim e considerando aquilo que é o Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, que permite aos deputados para além da votação dos pontos, fazerem moções e recomendações, nós da parte do PCP estando cientes que o serviço de transportes gerido por entidades publicas é a melhor, mas admitindo que depois da situação criada em Aveiro é a de um serviço de transportes concessionado, e atendendo à autocrítica aqui feita até pelo Senhor Presidente de Câmara e foi aqui partilhado por alguns deputados municipais, mesmo alguns da maioria na ultima reunião, o PCP propõe que seja ouvida por uma vez, porque a verdade é que quando se fala de serviço publico de transportes em Aveiro não há memória de uma auscultação efetiva às populações. Na realidade quem tem tomado decisões tem agido numa logica de autossuficiência em que nunca se escutam as populações. Faz-se assim, é assim e depois as populações de alguma forma vão-se acomodando. Nós consideramos que perante um processo que nascei inquinado com tantos vícios era da mais elementar justiça, humildade democrática, que este executivo municipal tivesse um momento em que convocasse quem de direito e quem de interessado para dizer “eu sugiro isto, eu sugiro aquilo”. Havendo uma reunião agendada do Senhor Presidente da Câmara com os Senhores da Transdev, presumivelmente para fazer as correções necessárias, o PCP propõe aos Senhores deputados municipais que se dignem recomendar à Câmara de Aveiro três pontos. Um, que organize e realize um momento de

auscultação dos utentes dos serviços públicos, que são os primeiros interessados, as juntas de freguesia que são conhecedoras dos problemas, os partidos políticos também eles conhecedores dos problemas, as organizações representativas dos trabalhadores, as associações económicas sediadas no concelho, as direções dos agrupamentos de escolas, os representantes das associações de pais, representantes das associações de estudantes, e até outras entidades que a Câmara considera pertinentes (por exemplo forças da ordem e agentes de segurança, por exemplo), considerando assim aquilo que é essencial que é melhorar o serviço prestado à população e que a dignifique e melhor a vida económica e social do concelho.

Consideramos ainda duas recomendações. Atendendo às manifestações de descontentamento conhecidas (e o senhor presidente já sabe de várias situações) que apresente rapidamente aos senhores da Transdev aquilo que já sabe.

Terceira ideia nesta recomendação. Não é justo e não é aceitável sob nenhum ponto de vista que esta alteração na concessão realizada em janeiro, tenha significado para os utentes de Aveiro um encarecimento do seu acesso à mobilidade e ao transporte público. Nós da nossa parte, consideramos também que é uma necessidade que o Senhor Presidente de Câmara faça chegar aos senhores da Transdev, com quem assinou o contrato de concessão, a rápida revisão desta matéria. O município de Aveiro não pode sujeitar-se a pagar mais de 1 milhão de euros anuais de indemnização pelo serviço público prestado e agora virem exaurir aos munícipes um aumento de tarifa naquilo que é uma necessidade primária, fundamental, para o funcionamento e para a organização e dinâmica daquilo que é a vida económica e social do nosso concelho. Um direito constitucional até, o direito à mobilidade por parte das populações.

Senhores deputados municipais, apelo àquilo que é o Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro e sob a vossa intenção ponderem esta recomendação que o PCP faz em prol e benefício do povo de Aveiro. Tenho dito.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“O Bloco de Esquerda saúda esta recomendação do PCP. Acompanhamos obviamente e votaremos a favor. Eu gostava também de frisar ao Senhor Presidente da Câmara que a ordem de trabalhos que é apresentada nesta Assembleia não há pontos mais importantes que outros. Todos os pontos são importantes. E não cabe ao Senhor Presidente dizer quando é que se vai debater determinado assunto e quando é que o assunto está encerrado. E portanto eu aproveito este tempo que tenho também para lhe perguntar da concessão do espaço que o Senhor Presidente há uns tempos retirou de uma ordem de trabalhos, sobre os abrigos nas paragens. E a concessão das paragens também feita à Aveirobus. Porque enquanto foi MoveAveiro nunca houve a preocupação do abrigo para as pessoas que usam os transportes em Aveiro. Nunca houve essa preocupação nem nunca foi uma prioridade. E convém também dentro desta discussão saber, porque é importante ter a informação toda, se esta concessão em espaço público em prol do privado é para avançar e se mais uma vez vamos ter fundos públicos camarários a construir abrigos que nunca arrancaram enquanto o serviço foi MoveAveiro e agora o Senhor Presidente se presta a fazer esta construção de abrigos para dar essa concessão a privados.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“O PSD vai votar contra esta proposta, embora tudo o que está no ponto um achamos que tem algum interesse. E achamos que tem algum interesse porque a própria Câmara já o está a fazer. Todo este elencar de auscultações aqui sugerido está a ser feito desde aquela primeira semana em que efetivamente muita coisa não estava bem e a Câmara auscultou os utentes dos serviços em reuniões de Câmara, recebendo queixas por email, nas juntas de freguesia, com as direções dos agrupamentos escolares, acertando até alguns horários das escolas com os horários dos autocarros. Portanto tudo o que está aqui elencado pelo PCP já está em curso.

Portanto a Câmara não precisa desta recomendação e destas auscultações para melhorar aquilo que começou menos bem. Portanto, assim achamos que esta proposta é a destempo e por isso tem o nosso voto contra.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Apenas três notas. A primeira para dizer ao Filipe Guerra que nós auscultámos muita gente. Não auscultámos todas as entidades, nomeadamente as que estão na proposta do Partido Comunista, mas auscultámos muita gente na conceção e agora no desenvolvimento deste processo.

Aliás, falámos com toda a gente presencialmente na reunião de Câmara, a tal manifestação que tinha vinte pessoas e eu recebi as vinte pessoas, estivemos uma hora e meia a conversar sobre esta matéria, centenas de emails, por todas as vias, com os presidentes de Junta. Esse espaço de diálogo e de auscultação aconteceu sempre. Ainda hoje, ao assistir ao nosso Carnaval Infantil, tive uma conversa, daquelas conversas normais que o Presidente da Câmara com os munícipes quando sai à rua, com uma senhora sobre os transportes, sem problema nenhum. Esse espaço de diálogo sempre existiu e vai continuar a existir.

É como os estudos, Dr. Jorge Nascimento, há ‘n’ estudos. Tire umas horas só para dar uma olhadela e vai ver que é muito o trabalho que está feito. A questão é que os desacertos que temos, os erros que cometemos e que, hoje, ao final do segundo mês, são muitíssimo menos do que aqueles que tivemos nas difíceis duas primeiras semanas e que assumimos de forma clara, sem qualquer tipo de problema. Agora, assim como o assumimos também dizemos hoje, repito o que disse há oito dias, a maior parte das questões suscitadas estão resolvidas e para as outras que ainda não estão resolvidas achamos que as decisões que fechámos hoje mesmo e que vão entrar em vigor no tal dia seis de Março resolvem a maior parte. Não resolvem todas, também digo isto com clareza mas resolvem a maior parte daquelas que ainda não estão bem nomeadamente na falta de oferta em períodos longos do meio da manhã e do meio da tarde. Mas há mais...este processo está em lançamento, são os primeiros dois meses de muitos meses, vinte anos. Vamos ter no segundo trimestre deste ano inquéritos feitos por empresas independentes aos utentes mas também aos não utentes porque há aqui uma outra questão. Aqui há oito dias eu li um SMS de um novo cliente, de uma pessoa que não era cliente e que agora é cliente porque agora a linha serve os seus interesses. Também nos interessa saber o que é que podemos fazer para conquistarmos mais clientes porque os transportes, como já aqui também o disse, são igualmente para melhorarmos as condições ambientais, a qualidade ambiental, do nosso espaço urbano; são por questões de segurança; são para diminuirmos a pressão do automóvel privado nas zonas onde temos uma pressão excessiva. Têm também estas funções além da função primeira e mais importante que é servir as pessoas que precisam deste tipo de serviço. Esse tipo de

cuidado, de procurar prosseguir a melhora relação possível entre a oferta que fazemos e a procura que temos e a nova procura que queremos gerar vai continuar a ser feita. Ainda temos coisas para aprender, ainda não gerimos a operação no Verão, ainda não gerimos a operação no início de um ano lectivo. Relembro que a operação foi toda desenhada para ser lançada no arranque de um ano lectivo. Não foi possível e lançámo-la no início do segundo período de aulas lectivas. Já está em curso um trabalho, com muitas reuniões realizadas com os nossos agrupamentos, os sete agrupamentos do Município, para ajeitarmos a formulação dos horários para termos uma melhor relação com os horários dos transportes. Há muito mais trabalho a fazer até nós atingirmos um patamar plenamente bom. Ainda ontem assinámos uma declaração de candidatura do nosso concessionário para aquisição de três autocarros elétricos para integrarem a nossa operação. Porque é um ganho complementar em termos ambientais.

Este é um processo para continuar a ir para o melhor dos pontos, não vamos resolver tudo, não vamos conseguir responder a todas as necessidades individuais mas vamos procurar encontrar cada vez mais a boa relação entre a oferta e a procura.

A Rita Batista colocou a questão dos abrigos. O compasso de espera tem exatamente a ver isto. Reparem bem no que vai acontecer à linha 5 e à linha 7. A operação vai manter igual o traçado da linha 5 e da linha 7, apenas vamos fazer a circulação somando a linha 5 à linha 7. Por exemplo, um autocarro em várias das carreiras vai passar no outro sentido, no outro lado, fazendo, repito, a soma da linha 5 e da linha 7. Agora é que vamos fixar, definitivamente o sítio dos abrigos e justapor o concurso dos abrigos, que estão amarrados à publicidade urbana, com este desenho que agora vamos estabilizar de novos horários e linhas a entrarem em vigor no dia seis de Março. Eu sei que a Rita Batista não gosta das empresas privadas, embora eu ache que devia gostar um bocadinho mais, pelo menos. A sua roupa, várias coisas que come durante o dia, tantas coisas, são feitas por empresas privadas; o computador que usa é de uma empresa privada. As empresas privadas são coisas boas, não são os diabinhos que dão cabo da nossa vida e que dão lucro a uns rapazes. Mas é bem, não tem mal nenhum nisso. Mas no caso dos abrigos não é a Câmara que vai pagar, é exatamente a entidade que vier a ganhar o concurso, esperemos ter entidade a quem adjudicar o concurso, que pela exploração da publicidade, em contrapartida à exploração da publicidade nos vai entregar abrigos de passageiros nos sítios que nós entendemos que fazem sentido porque há sítios onde eles não fazem sentido de todo ou não é a localização correta para o fazer. Mas é uma operação deste género, vamos dar à exploração durante um período de tempo a nossa publicidade urbana e recebemos, em contrapartida, várias coisas. Uma delas é o tal investimento naquilo que chamamos o mobiliário urbano em que a peça fundamental são os abrigos de passageiros e também uma renda, há uma renda anual, paga mensalmente, que a entidade que vier a ganhar o concurso pagará à nossa Câmara. O que há é este compasso de espera para justapormos bem a localização desses abrigos com este desenho que agora vamos estabilizar em Março. Estabilizamos para sempre? Não. A próxima grande avaliação é em Julho sobre todo o primeiro semestre da operação, com várias ações, há pouco já disse uma, para verificarmos novas afinações, com o trabalho ano lectivo para que em Setembro, quando os alunos voltarem à escola, quando se iniciar um novo ano lectivo, tenhamos uma relação ainda mais otimizada entre os horários das escolas e os horários dos transportes. Esta é a lógica que continuaremos a seguir neste processo, procurando obviamente evoluir para o melhor patamar de qualidade possível, com a certeza absoluta que o iremos conseguir.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício colocou à votação⁰³⁷ o Ponto 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação à Câmara Municipal: Defender o Serviço Público de transporte no município, sendo a mesma rejeitada, com dezoito votos contra (PSD12+CDS6) doze abstenções (PS8+IND4) e dois votos a favor (BE1+PCP1).

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa em Exercício, informou o plenário que a munícipe Noémia Maria da Cruz Ferreira,⁰³⁸ residente em Taipa, Freguesia de Nossa Senhora de Fátima/Nariz/Requeixo, viria apresentar preocupações sobre a modificação de horários nas carreiras da Aveiro Bus, nas ligações com esta povoação.

Noémia Ferreira (Munícipe)⁰³⁹

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores deputados. Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. O futuro nem sempre tem boas novas. Eu quero pedir ao Senhor Presidente que o autocarro continue a voltar na linha antiga com a ligação a Oliveirinha. As pessoas do Carregal que costumam vir à Feira não têm meio de transporte para vir até Oliveirinha. Eu sou uma cidadã que pago os meus impostos e como outros cidadãos aqui de Aveiro.

Antigamente demorava-mos meia hora do Carregal a Aveiro. Agora demoramos uma hora do Carregal a Aveiro e não temos ligação a Oliveirinha. Eu não quero pedir mais autocarros. Só queria pedir que o percurso da linha voltasse como era dantes. Os autocarros só tínhamos um de manhã, um ao meio dia e um à noite — chegava. Mas tínhamos em todos ligação com Oliveirinha. É só o que eu peço ao Senhor Presidente, se puder. Obrigada.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Dona Noémia, muito obrigado. Dar-lhe a seguinte nota. Não é possível nós termos ligações de todas as nossas povoações para todas as nossas povoações. Não é possível, muito menos por causa de acontecimentos, como a Feira de Oliveirinha, que acontecem dois dias por mês. Não é possível. A taxa de utilização desse circuito, na estatística que nós tínhamos, que era muito má, aliás já falámos disso aqui que um dos problemas para montarmos essa operação é que a informação que tínhamos sobre o número de passageiros, custo, era tudo muito mau e, portanto, era muito difícil tomarmos boas decisões quando há má informação, tínhamos esse problema, mas os indicadores é que esse circuito era muito pouco utilizado em termos de número de pessoas. De facto, não é possível nós atendermos a todas estas necessidades, não estamos a pôr em causa ser uma necessidade, mas não é possível nem em termos técnico, número de meios, nem em termos do custo desta operação, nós ligarmos todas as nossas povoações umas com as outras, nomeadamente quando há necessidades que são em dois dias por mês. No entanto, devo-lhe dizer que há uma conjugação de linhas que pode ser feita. É evidente que a Dona Noémia deu nota de alguns circuitos que passaram a ser mais demorados. É verdade o que disse.

Também é verdade que alguns circuitos passaram a ser mais rápidos. Não este que estamos a falar — o que disse está correcto. A lógica que temos é de nós irmos a somar mais duas coisas na nossa operação. Uma é juntarmos às linhas da Aveirobus as linhas intermunicipais que o grupo Transdev faz passando dentro do nosso Município. No fundo, aquilo que já se fazia com a UrbAveiro de forma ilegal e clandestina. Há um conjunto de carreiras, nomeadamente no eixo Aveiro-Mamodeiro, eixo Aveiro-Cacia e no eixo Aveiro-Eixo, são os três principais, depois também há o eixo Aveiro-Ílhavo mas aqui não há problemas, que permitem aumentar a oferta. Por exemplo, eu tenho um bilhete ou um passe da Aveirobus que pode ser utilizado num autocarro intermunicipal da Transdev dentro do Município de Aveiro. Não dá para irmos para Vagos ou para irmos para Cantanhede. Não dá. Mas dentro do nosso Município dá.

O próprio grupo já tem em vários municípios do país e alguns deles aqui bem perto de nós e que são os chamados transportes a pedido. Nós não vamos poder ter uma solução de andarmos com os autocarros, mesmo que sejam os miniautocarros, a respondermos a todas as necessidades. Não é possível. O que se está a trabalhar, não se inventou nada, são coisas que já existem em vários municípios do país e geridos pelo grupo do qual empresa que é nossa concessionária pertencem e que são os chamados transportes a pedido para estas pequenas coisas; pequenas no circuito e pequenas no número de pessoas interessadas. É um serviço diferente, ligado a este e que terá um custo que a Câmara pagará com os seus utilizadores para termos uma oferta capaz de responder a estas pequenas necessidades que existem, não só esta que a Dona Noémia partilhou connosco mas também outras, de forma a que possamos ter a resposta sem montarmos uma operação que custa uma fortuna e que não tem retorno. Há outros casos para além do exemplo que nos trouxe e que nos vão chegando. Lembro-me de um caso de uma pessoa de Oliveirinha que trabalha em S. Bernardo e que nessa linha tinha ligação directa e que agora não tem ligação directa, tem, que fazer a ligação com duas linhas. Não é possível responder a estas pequenas coisas com esta operação grande mas estamos a trabalhar para que esse transporte a pedido possa ser um serviço que responda bem, sustentável financeiramente e complementar a este serviço que temos atualmente.”

Presidente da Mesa⁰⁴¹

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Dizer assim, fiquei de certa maneira surpreendido e incomodado, como é que um cidadão de Mamodeiro que se desloca em transportes públicos tenha de gastar três horas por dia em deslocação!? Eu pergunto se isto não é afastar os utentes dos transportes? É preferível vir a pé para a cidade. Obrigado”

Vogal Rita Baptista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Também dará nota do seguinte. Esta intervenção da D. Noémia veio mesmo de encontro daquilo que é a posição do Bloco que é – as pessoas pedem para ter a situação que tinham antes de 1 de janeiro. Essa era a situação ideal? Não. Mas era o ponto de partida para a melhoria do serviço de transportes e não prejudicar a vida das pessoas. Dizer igualmente que é a diferença entre ter um serviço público que tem a função social de dar resposta às necessidades das pessoas, neste caso para se deslocarem a lugares para abastecimento alimentar (que não é de somenos) e ter um serviço de transportes a ser operado por um privado em que não dá lucro elimina-se a linha. Mesmo que isso

signifique as pessoas deixarem de poder aceder a locais, deixarem de poder desempenhar a função social, porque não dá lucro. É a única justificação que existe deste autocarro deixar de operar é porque não dá lucro ao operador.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

“Gostaria apenas de fazer a seguinte consideração. Primeiro (e isso é essencial) valorizar a intervenção dos munícipes nesta Assembleia Municipal. Infelizmente por motivos regimentais foi chutado para o último ponto em qualquer ordem do dia. Mas de facto é importante valorizar esta intervenção por aquilo que ela pode trazer ao conhecimento e às tarefas que os deputados municipais se devem prestar do ponto de vista regimental.

Aquilo que a Senhora munícipe Noémia aqui trouxe é de facto ilustrativo daquilo que é a preocupação de muitos e muitos aveirenses, que é a degradação de um serviço público, como referiu, com a necessidade de fazer ajustes, a necessidade de repor aquilo que foi coartado recentemente. Nós da nossa parte, Partido Comunista Português de facto estamos deste lado da barricada, do lado dos utentes, do lado dos trabalhadores, que viram o seu direito à mobilidade ser limitada em troca de negócios.”

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“Nós não vamos fazer da intervenção feita pela D. Noémia com muita clareza, sucinta e com elevação, não vamos fazer disso nenhum cartaz político à conta da intervenção de um munícipe que teve a resposta do Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Filipe Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

“Agradeço, apesar de regimentalmente as intervenções dos grupos se destinam à prestação de esclarecimentos, sendo certo que a Senhora Noémia se dirigiu diretamente ao Senhor Presidente da Câmara solicitando explicações que já foram prestadas. Mas quero obviamente saudar a participação da Senhora D. Noémia pela preocupação que trouxe a esta Assembleia. Que é o espaço por excelência para participação destas preocupações dos nossos concidadãos e, portanto, saudá-la por isso. E também, não podendo dar mais explicações que aquelas que o Senhor Presidente deu, dar nota do registo da nossa preocupação que decorre da explicação do Senhor Presidente, que saúdo pela transparência, que este tipo de operação foi montado sem um estudo sério. Decorrente da ausência de estatística do anterior operador municipal. Não foi com base nisso que se alinharam as carreiras que têm de ser agora ajustadas à procura e, portanto, quero apenas dar eco da necessidade de com esta exposição e outras que cheguem à Câmara, se proceder ao ajustamento que permita obviamente por um lado a sustentabilidade da operação e por outro a resposta que deve ser dada. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[047](#)

“O que se passou agora aqui não tem nada a ver com a intervenção da Dona Noémia e o que eu vou dizer agora também não. Mas só para explicar o seguinte. Os estudos são sérios com a matéria possível. O que não foi séria foi a gestão da empresa durante muitos anos, na altura em que o nosso Município foi gerido pelo meu antecessor Élio Maia e pelo meu antecessor Alberto Souto. Os estudos são seríssimos. Por exemplo, as

peças de Requeixo têm um circuito impecável, de grande intensidade e que vai aumentar no dia seis de Março, para irem à Feira de Eixo, por exemplo, se o problema é de bens alimentares, Rita Batista, e com um fluxo bem mais intenso e um circuito que recolhe de Requeixo para Eixo e de Azurva para Eixo. É a nossa linha mais intensa, é a nossa linha com maior oferta. Esse conhecimento de causa foi considerado. O que não é possível de forma séria é ter um transporte desta natureza para a necessidade de cada um dos nossos concidadãos. Não é seriamente possível e quem disser o contrário está, obviamente, a mentir.”

Concluído o período regimental de intervenção do público, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação⁰⁴⁸ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a Sessão Ordinária Fevereiro.

Eram 23:15 horas do dia 24 de Fevereiro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(02:45)